



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS
BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL**

BETINNA DOS SANTOS PEREIRA

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA MESORREGIÃO DO BAIXO
AMAZONAS (2014-2019)**

**Santarém
2019**

Betinna dos Santos Pereira

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA MESORREGIÃO DO BAIXO
AMAZONAS (2014-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Bacharelado em Gestão Ambiental como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Área de concentração: Conflitos Socioambientais

Orientador: Ms João Paulo Soares de Cortes.

**Santarém
2019**

Betinna dos Santos Pereira

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA MESORREGIÃO DO BAIXO
AMAZONAS (2014-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Bacharelado em Gestão Ambiental como requisito obrigatório para obtenção do título Bacharela em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Área de concentração: Conflitos Socioambientais
Orientador: Ms João Paulo Soares de Cortes.

Conceito:

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Orientador e Presidente

Prof. Ms João Paulo Soares de Cortes.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental/Universidade Federal do Oeste do Pará

Membro Titular

Prof. José Cláudio Ferreira dos Reis Júnior

Curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal do Oeste do Pará

Membro Titular

Prof. José Reinaldo Pacheco Peleja

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental/Universidade Federal do Oeste do Pará

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus em primeiro lugar, à minha família por todo apoio e suporte, em especial minha mãe Lídia Santos, a meu orientador João Paulo, pela dedicação e paciência, a meus amigos, em especial Bianca Larissa de Mesquita por sempre me apoiar e encorajar a crescer profissionalmente e agradeço a sua irmã Brenda Leticia de Mesquita Sousa por todas as vezes que me ouviu e me ajudou com suas palavras. Agradeço ainda a todos os professores da Gestão Ambiental, que só acrescentaram na minha formação, sem a o conhecimento e sabedoria de vocês, não teria conseguido.

Normas da Revista



Revista Brasileira de
Gestão e Desenvolvimento Regional

Diretrizes para Autores

Apresentação: Os textos poderão ser escritos nos idiomas português, inglês ou espanhol. Devem ser digitados em *Word for Windows*, open office, em papel tamanho A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm e espaçamento 1,5 (um e meio). A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12, excetuando-se as citações com mais de três linhas, as notas de rodapé, paginação e legendas de ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme, conforme NBR 14724 da ABNT.

Extensão dos textos: Os artigos deverão ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas (com as referências)

Título: O título do texto deve ser centralizado, em maiúsculas, com negrito, tamanho 14, no alto da primeira página. Deverá ter versão em inglês logo abaixo do título em português.

Resumo e palavras-chave: O resumo (artigo, ensaio, comunicação científica), precedido desse subtítulo e de dois-pontos em negrito, deverá conter os objetivos, a metodologia, os resultados e a conclusão em um único parágrafo, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, com mínimo de 100 e máximo de 250 palavras, conforme NBR 6028 da ABNT, na mesma fonte do artigo, com a letra inicial em maiúscula, dois espaços simples abaixo do título. As palavras-chave, de 3 (três) a 5 (cinco), precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, deverão ter as iniciais maiúsculas e ser separadas por ponto e finalizadas por ponto, na mesma fonte do texto, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, dois espaços simples abaixo do resumo.

Abstract e Keywords: O abstract e as keywords deverão ser precedidos desses subtítulos e de dois pontos, na mesma formatação do resumo e das palavras-chave. Deverá ser colocado após o resumo e as palavras-chave.

Estrutura do texto: O texto deverá ser iniciado dois espaços simples abaixo das keywords, em espaçamento 1,5, com parágrafos justificados e com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos das seções devem ser alinhados à esquerda, em negrito, sem adentramento, com a letra inicial da primeira palavra em maiúscula, sem numeração, tamanho 12.

Citações: As citações seguirão o sistema autor-data conforme NBR 10520 da ABNT. O autor será citado entre parênteses, exclusivamente pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação: (SILVA, 1985). Quando houver coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes: (SILVA, C., 1985) e (SILVA, O., 1995). Se mesmo assim a coincidência persistir, colocam-se os prenomes por extenso: (SILVA, Carlos, 1985) e (SILVA, Cláudio, 1965). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Pereira (1990) afirma que..." . Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, uma vírgula e a indicação p.: (BAKTHIN, 1992, p. 315). Em caso de um intervalo de páginas, separa-se a inicial da final com hífen: (MAINGUENEAU, 1995, p. 12-15).

As citações de obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, deverão ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaço: (SOUZA, 1972a, 1972b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos terão os sobrenomes indicados, separados por ponto-e-vírgula (SOUZA; SILVA; CORREA, 1945); quando houver mais de três autores, será indicado o primeiro sobrenome seguido de et al.: (GONÇALVES et al., 1980).

Caso seja uma citação direta, de até três linhas, deve estar inserida em um parágrafo comum do texto, entre aspas duplas. As aspas simples serão utilizadas para indicar citação no interior da citação. Por sua vez, a citação direta, com mais de três linhas, deve ser destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda e sem aspas, na mesma fonte do texto, tamanho 11. Se houver intervenções nas citações

diretas, estas devem ser indicadas da seguinte forma: a) supressão: [...]; b) interpolação, acréscimo ou comentário: []; c) ênfase ou destaque: grifo ou negrito ou itálico com a expressão "grifo nosso".

Ilustrações: As ilustrações (figuras, desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros) poderão ser aceitas, mas deverão estar assinaladas no texto, com identificação na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título. Na parte inferior, deve ser indicada a fonte, legenda, notas e outras informações necessárias.

Tabelas: As tabelas (informações tratadas estatisticamente) devem ser numeradas com números arábicos, com identificação na parte superior, precedida da palavra Tabela, à esquerda da página. Caso necessário, a fonte deve ser colocada abaixo da tabela.

Referências: As referências, precedidas desse subtítulo, em negrito, devem ser alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, dois espaços simples após o texto ou os agradecimentos, conforme a NBR 6023 da ABNT. Quando a obra tiver até seis autores, todos devem ser citados. Mais de seis autores, indicar os seis primeiros, seguido de et al.

Taxas de submissão: A revista não cobra dos autores taxas referentes à submissão de artigo (submission charges), nem taxas referentes ao processamento de artigo, em caso de aceite para publicação.

SUMÁRIO

Introdução	12
Metodologia	13
Área de Estudo	13
Levantamento e análise de dados	15
Resultados e Discussão	16
Considerações Finais	23
Referências bibliográficas	25

Levantamento e análise crítica dos conflitos socioambientais na Mesorregião do Baixo Amazonas (2014-2019)

Survey and critical analysis of socio-environmental conflicts in the Lower Amazon Meso-region (2014-2019)

Resumo: Este estudo teve como objetivo realizar um levantamento dos conflitos socioambientais na mesorregião do Baixo Amazonas. A pesquisa teve uma abordagem exploratória descritiva. A análise foi constituída pela busca de informações em noticiários online sobre os conflitos socioambientais a partir de dinâmicas territoriais ocasionadas pela implantação de empreendimentos, nos municípios que fazem parte da Mesorregião do Baixo Amazonas, ocorridos de 2014 a 2019 para busca dessas informações foram usadas diversas palavras chaves, vinculadas a temática da pesquisa. Foram filtradas as informações correspondentes dos municípios alvo do estudo e na compilação e análise dos dados. Os resultados obtidos evidenciam que a quantidade de conflitos os municípios de Oriximiná e Almeirim se destacam, seguidos dos municípios de Santarém e Prainha, Óbidos e Monte Alegre e com menor pontuação Juruti e Mojuí dos campos. Os atores sociais envolvidos nos conflitos são agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos e assentamentos agroextrativistas. Quanto a distinção entre os tipos de conflitos o município de Oriximiná continua em destaque pelos tipos de conflitos envolvendo categorias de empreendimentos distintos, são cinco tipos diferentes de empreendimentos (Madeira, Pecuária, Construção de barragem e mineração) que afetam três tipos de comunidades tradicionais distintas (quilombolas, trabalhadores rurais, quilombolas indígenas). A região se destaca pela disponibilidade de recursos naturais propícios para extração e exportação, por sua localização estratégica e baixo custo do preço dos lotes de terra, facilitação por parte de seus governantes.

Palavras-Chave: Conflitos, Socioambientais, Amazônia.

Abstract: The objective of this study was to carry out a socioenvironmental conflicts survey in the Lower Amazon region. The research had an exploratory descriptive approach. The analysis was carried out in two online phases on the socio-environmental conflicts for the territorial regions caused by the implantation of enterprises, in the municipalities that are part of the Lower Amazonas Meso-region, occurring between 2014 and 2017 when the key words were linked to research theme. The second phase consisted of the analysis of documents of the Pastoral Commission of Youth (CPT). They were filtered as the information communicating the results of the study and data compilation and analysis. The results indicate that there is an exchange rate of the municipalities of Oriximiná and Almeirim, the municipalities of the Santarém and Prainha rivers, Óbidos and Monte Alegre, and with lower Juruti and Mojuí scores of the fields. The stakeholders are involved in the conflicts, are family farmers, quilombolas, indigenous and riverside and agro-extractive settlements. The distinction between the types of entrepreneurship of Oriximiná continues to be highlighted in distinguishing the categories of distinct enterprises, are five different types of enterprises (Madeira, Livestock, Construction of dam and mining) that affect three types of class

(quilombolas, rural workers , indigenous quilombolas). When doing a survey, a mesoregion of the lower Amazon, a trail of activities in timber and mining activities, leaving no blank, works of art linked to the land and agricultural issue, involving a soybean and a firm land, as there is one hour, relentless pursuit of business in expanding its agribusiness.

Keywords: Conflicts, Socio-environmental, Amazon.

Introdução

A definição de conflitos socioambientais é avaliada como incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou pela utilização dos recursos naturais entre indivíduos ou grupos independentes. De acordo Ruiz (2005) os conflitos socioambientais podem ser entendidos como disputas entre grupos sociais provenientes de distintas formas de relações por eles mantidas com seu meio natural. Para Little (2001), ainda de acordo com esse autor os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre os espaços que contêm estes recursos, isto é, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, portanto, os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas (Brito, *et al.*, 2011).

Graf (2005) conceitua conflito, como intrínseco ao processo de luta pela terra, uma vez que estão em jogo interesses antagônicos, de um lado, aquele que possui a terra e não quer perdê-la, de outro, quem não a possui. Contudo, o conflito não pode ser entendido e nem aceito como um embate violento e desumano desses mesmos interesses. Ainda de acordo com o autor, esta é uma prática que traz à tona a violência física que vitima homens, mulheres e crianças na luta pela terra.

Dentre os elementos que caracterizam a tensão social associada com os conflitos, pode se citar despejos e reintegrações de posse, presença de milícias privadas, coerção e ameaças de mortes, destruição de lavouras, moradias e benfeitorias, desmatamentos e incêndios criminosos, bloqueio de caminhos e vias de acesso, restrição do acesso a recursos hídricos, entre outros.

O estado do Pará tem o maior índice de assassinatos ligados a conflitos associados a terra no Brasil (Greenpeace, 2003). Entre 1985 e 2001, cerca de 40% das 1.237 mortes de trabalhadores rurais no Brasil aconteceram no estado, de acordo com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT). A Comissão Pastoral da Terra revela, para o ano de 2011, o registro de 439 ocorrências de conflitos territoriais, na região do Pará dos quais 164 conflitos por terra, 29 conflitos por água e 218 casos de conflitos trabalhistas, concretamente o trabalho escravo.

Foram somados 17 assassinatos de trabalhadores, sendo 12 trabalhadores mortos na região Norte e, somente no Pará, foram totalizados 9 assassinatos. Pelo menos 8 das mortes estão diretamente relacionadas com questões ambientais, dentre as quais 4 se relacionam com comunidades originárias ou tradicionais: 2 mortes são de quilombolas e 2 de indígenas. As ameaças de morte que se materializam, segundo a Comissão Pastoral da Terra (2011), concretizam-se num dado que apresenta um crescimento elevado de pessoas ameaçadas de

morte. Em 2010, houve o registro de 83 pessoas ameaçadas; já em 2011, esse número se elevou para 172, 107% a mais.

No ano de 2012, na Amazônia foram se registrados 489 dos 1067 conflitos no campo, porém, não se pode olvidar que nessa região se encontram 97% das áreas envolvidas nestes conflitos sendo que, ali se concentram 58,3% dos assassinatos, 84,4% das tentativas de assassinatos, 77,4% dos ameaçados de morte, 62,6% de presos e 63,6% de pessoas agredidas. (Pastoral da terra, Relatório, 2012). A Comissão Pastoral da Terra apresentou à Secretaria de Direitos Humanos do governo Federal a relação dos ameaçados de morte nos últimos dez anos, destacando que as ameaças haviam se concretizado efetivamente em 42 casos.

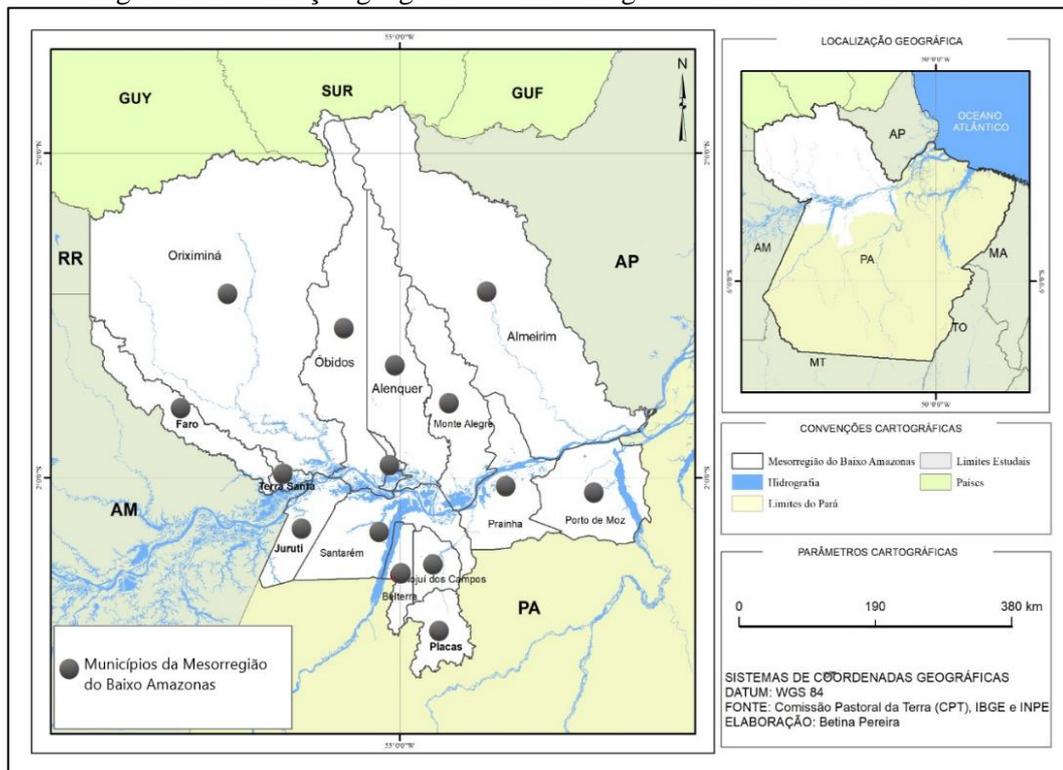
O objetivo deste trabalho é analisar a problemática dos conflitos socioambientais da mesorregião do Baixo Amazonas com base em notícias veiculadas em diferentes canais de comunicação entre os anos de (2014-2019). A evolução destes conflitos na região é discutida com base no tipo de atividade econômica associada, os atores sociais envolvidos e sua distribuição geográfica.

Metodologia

Área de Estudo

A mesorregião do Baixo Amazonas está situada na porção oeste do estado do Pará e é composta pelos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Mojuí dos Campos, Prainha, Santarém, Terra Santa e Porto de Moz. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região se destacam a mineração, agronegócio, a agricultura familiar e em menor proporção, pelo turismo (Relatório analítico do território do Baixo Amazonas, 2012). A Figura 1 ilustra a localização da região de estudos.

Figura 1: Localização geográfica da Mesorregião do Baixo Amazonas-Pará.



Fonte: Elaborado pela autora.

A ocupação amazônica foi impulsionada por diversos fatores desde a instalação de redes viárias no território, com a abertura de rodovias que cortam a Região, a exemplo da BR-010 (Belém-Brasília), da BR-163 (Cuiabá-Santarém), da BR-364 (Cuiabá Porto Velho) e da BR-222 (Transamazônica). Somado com a estreita relação com a intervenção estatal e a região aparece no centro das preocupações nacionais, que direcionava para a mesma, políticas que visavam à ocupação, integração e desenvolvimento regional. (Costa, T. 2015).

Ainda segundo o autor, acrescenta as instalações de redes energéticas e, de telecomunicações, e as políticas de incentivo à migração induzida e financiada pelo Estado, que visava ocupar o chamado “vazio demográfico”. Em termos de desenvolvimento, apresentam-se os incontáveis incentivos e isenções fiscais direcionadas às empresas que se pretendia atrair para a Região, como empresas ligadas à indústria agropecuária e mineral, e ainda as grandes obras de infraestrutura, entre as quais se destacam a construção de hidrelétricas e a construção de portos.

Levantamento e análise de dados

A pesquisa teve uma abordagem exploratória descritiva. Segundo Prodanov et al. (2013), esse tipo de pesquisa visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas e relações com outros fatos.

A pesquisa foi constituída pelo levantamento de informações em noticiários online da região, como: G1 Santarém e Região, O impacto, Terra de direitos e Amazônia Real.

O noticiário G1 Santarém e região foi escolhido como fonte de pesquisa por ser um dos mais amplos noticiários online da região, é uma ramificação que envolve notícias dos municípios de Santarém e seu entorno.

O impacto é um noticiário online que já envolve notícias de todo Brasil, porém dispõe de uma sessão de procura por municípios em sua plataforma, foi escolhido por ter mais facilidade em acesso de notícias mais antigas.

Já a plataforma terra de direitos se intitula uma organização de direitos humanos, foi escolhida por comportar mais detalhamento dos casos ocorrentes na região.

Amazônia Real é uma plataforma que detalha e separa as notícias por setores como: meio ambiente, povos indígenas, questão agrária, política, cultura, economia e negócios, por esse motivo foi escolhida como fonte de pesquisa.

Cujo estivessem relacionadas a conflitos socioambientais, a partir de dinâmicas territoriais ocasionadas pela implantação de empreendimentos, nos municípios que fazem parte da Mesorregião do Baixo Amazonas, ocorridos de 2014 a 2019. Para busca dessas informações foram usadas diversas palavras chaves, vinculadas à temática da pesquisa, a critério de empreendimentos de grande impactos socioambientais, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Palavras chaves vinculadas à temática da pesquisa

	Atividade econômica	Atores envolvidos	Área geográfica
Palavras chaves	Mineração	Órgãos públicos	Amazônia/Municípios da mesorregião do baixo amazonas
	Madeira	Comunidades tradicionais	
	Soja	Fazendeiros	
	Pecuária	Agroextrativistas	

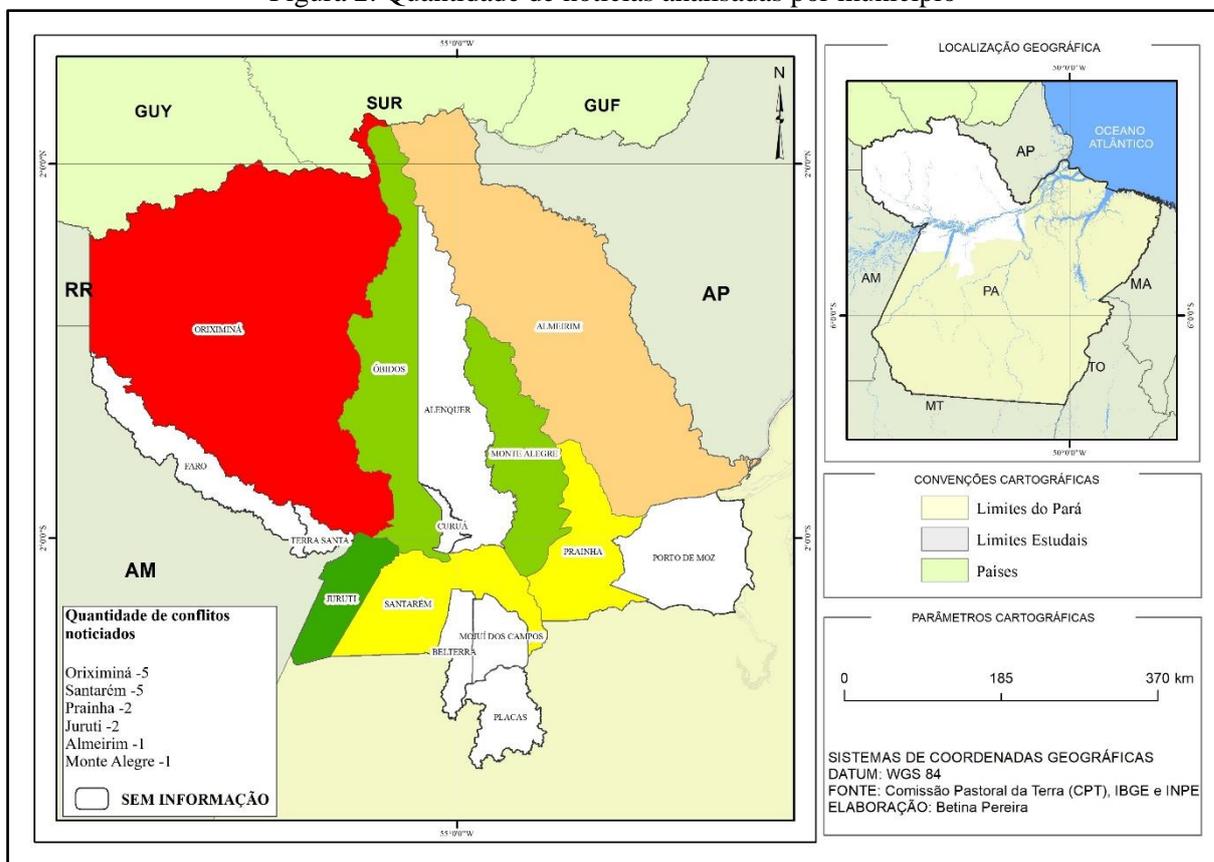
Fonte: Elaborado pela autora.

Resultados e Discussão

A pesquisa por palavras chave nas fontes mencionadas retornou um total de dezesseis notícias associadas com conflitos dentro do recorte temporal proposto. Estes registros estão distribuídos nos municípios de Santarém, Almeirim, Óbidos, Monte Alegre, Juruti, Santarém e Mojuí dos Campos. A figura 2 ilustra os municípios que tiveram conflitos associados de acordo com o levantamento feito e o número de notícias analisadas por município.

Em oito há registros de conflitos socioambientais envolvendo território (uso e ocupação do solo), sendo em, como apresentado na Figura 2.

Figura 2: Quantidade de notícias analisadas por município



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à quantidade de conflitos. Os municípios de Oriximiná e Santarém se destacam, seguidos dos municípios de Prainha e Juruti, e Monte Alegre e com menores registros de notícias em Almeirim e Óbidos.

O município de Oriximiná apresentou notícias com maior diversidade de tipos de conflitos, estando presentes as categorias de indústria madeireiras, pecuária, construção de

barragens e mineração. As populações envolvidas nos conflitos noticiados neste município incluem quilombolas, extrativistas e indígenas.

Durante o levantamento foi constatado que a mesorregião do baixo Amazonas tem a origem de conflitos ligados a setores econômicos distintos como, mineração, áreas de extração madeireira e obras de infraestrutura (barragem) e outros ligados à questão fundiária e agrária, envolvendo a agricultura intensiva, pecuária e grilagem de terras. A situação dos conflitos sempre envolve muitos atores sociais, tipos de problemáticas distintas e suas origens. Por esse motivo, foi separado por setores econômicos distintos para melhor análise, ao decorrer do trabalho.

O setor econômico que mais se destacou foi de exploração madeireira, com evidências de notícias espalhas nos municípios de Monte Alegre, Prainha, Oriximiná e Almeirim como pode ser mais visível no Quadro 2.

Quadro 2: Municípios com conflitos envolvendo madeireiras e atores envolvidos.

MADEIREIRA					
Município	Data da notícia	Localidade	Órgãos públicos envolvidos	Informação do conflito	Atores envolvidos
Monte Alegre	23/03/2017	PDS- SERRA AZUL	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Associação dos Produtores Rurais e CPT	NOTA PÚBLICA: Famílias do PDS Serra Azul (PA) sofrem nova tentativa de homicídio	Agricultores
Prainha-PA	18/11/2015	PAE Curuá II	INCRA; IBAMA; Associação dos Produtores Rurais	Pessoas ameaçadas em conflitos agrários ficam sem proteção no oeste do Pará	Assentamentos agroextrativistas
Prainha-PA	10/07/2012	RESEX RENASCER	MPF	MPF denuncia madeireira por corte ilegal em unidade de conservação	Extrativistas
Oriximiná	23/08/2018	Comunidade Boa vista	SEMMA	Polícia Civil flagra transporte ilegal de madeira e apreende carga em Oriximiná	Quilombolas
Almeirim	16/01/2015	Repartimentos dos pilões	SEMMA e defensoria agrária	Decisão impede Jari Celulose de explorar castanhas	Extrativistas

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria que mais se destacou na pesquisa, foi de conflitos oriundos de atividades madeireiras, as notícias evidenciaram também a relação com a grilagem de terras, nos municípios de Monte Alegre e Prainha.

Segundo Loureiro (2012), os conflitos se intensificavam, na Amazônia, de acordo com as aberturas de novas estradas como a PA-150 e BR 163, onde houve a facilidade da exploração e exportação da madeira, mudando o ponto focal das atividades econômicas nesses novos espaços abertos. Deixando a agricultura familiar dos anos 1970/60 e dando espaço para exploração da madeira, estabelecendo um novo uso da terra, porém mantendo o resultado desse novo processo o mesmo: a expulsão do produtor familiar de seu lote, a concentração e a reconcentração de renda por fazendeiros e grupos econômicos.

Ainda segundo autora, a região vem sendo palco de conflitos de toda ordem pela posse da terra e dos recursos naturais. Nessa região, os produtores são ameaçados de morte, juntamente com agentes de pastoral, religiosos e membros de entidades não-governamentais que a estes conferem seu apoio na luta pela terra de trabalho.

Com histórico extenso de conflitos entre esses atores, pode-se observar mais uma vez, o choque de desenvolvimento, entre o tradicional e o avanço, marcado por um conflito de interesse e um déficit nas ações por parte do governo estadual e federal. Pedro (2012) relata a ausência dos governos federal e estadual na região. Ainda declara que a criação da Reserva Extrativista Renascer vai além da preocupação ambiental. Representa, de um lado, a única forma institucional facultada pelo Estado brasileiro para o reconhecimento da posse das comunidades tradicionais sobre as áreas que ocupam secularmente e, de outro, um horizonte da emancipação política das comunidades, que buscam há décadas concretizar um projeto próprio de desenvolvimento, libertas da dominação oligárquica e exploração econômica.

É visível que para conseguir seus direitos, as comunidades tradicionais, ao invés de terem o apoio dos governos, necessitem de formar uma “resistência” e planejar uma ação coletiva para que sejam finalmente respaldadas, resultando sempre em um ciclo de conflitos, que por muitas vezes tem interferências políticas locais.

A agricultura intensiva teve seu registro de notícias coletadas somente no município de Santarém, que tem sua localização estratégica e a BR 163, que é uma rodovia que integra o Norte ao Sul e Centro-Oeste do Brasil, como fator favorável para expansão do agronegócio. Como pode ser mais visível no Quadro 3.

Quadro 3: Municípios com conflitos envolvendo a agricultura intensiva e atores envolvidos

Agricultura intensiva					
Município	Data da notícia	Localidade	Órgãos públicos envolvidos	Informação do conflito	Populações Afetadas
Santarém	01/02/2019	Cargill	MPF, Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS)	Setor do agronegócio exportador vira alvo em dia de protesto indígena, em Santarém.	Agricultores familiares Indígenas e ribeirinhos
Santarém	04/10/2018	Eixo forte	INCRA	Produtores da região do Eixo Forte ocupam sede do INCRA em Santarém	Assentamentos agroextrativistas
Santarém	15/05/2018	Maicá	UFOPA/ Colônia de Pescadores Z-20	Estudo técnico da UFOPA aponta ‘falhas’ no EIA do projeto de construção de porto no Maicá	Comunidades Tradicionais
Santarém	05/06/2019	Maicá	MPF/SEMAS	Licenciamento de terminal portuário em Santarém é alvo de investigação do MPF	Comunidades Tradicionais

Fonte: Elaborado pela autora.

O plantio da soja começou por terras de ocupação antigas já atingidas e já degradadas do nordeste do estado, que no passado já haviam sofrido a exploração madeireira desordenada e os solos estavam empobrecidos. Ocupadas essas áreas, em seguida os sojicultores passaram as áreas até então preservadas do médio amazonas paraense, próximo de Santarém, ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá, na expectativa de asfaltamento da estrada e, através dela, o escoamento do produto para o exterior pelos portos da cidade de Santarém. (Loureido, 2012).

As empresas são atraídas pela oportunidade de ampliação de sua rede de negócios e conquistas de novos territórios que com seus armazéns, indústrias, usinas, rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, ampliam o “território de circulação da soja”, numa região de novas fronteiras logísticas, determinadas pela sua posição geograficamente estratégica, dada a sua maior proximidade com os mercados internacionais e pela possibilidade de redução substancial no custo do transporte até o porto, por conta da utilização do modal hidroviário. (Costa, 2012).

Os notícias deixam em evidencia a intrínseca e conflituosa relação da agricultura intensiva para com o município de Santarém, esta relação é associada ao fato de algumas negligências de projetos de portos graneleiro, que desde 2013, tenta se instalar na região do Maicá. Entre as empresas que iniciaram o projeto, estão o Grupo CEVITAL, CEAGRO e Empresa Brasileira de Portos de Santarém - EMBRAPPS, sendo que só a ultima mantém seu

projeto em andamento, aguardando o licenciamento que está suspenso, por reivindicações das comunidades locais, que declaram a falta de consulta prévia por parte da empresa. ¹

Há mais uma empresa de petróleo e gás que está sob investigação do MPF, pela falta de consulta prévia com as comunidades tradicionais (Maria Valentina e Bom Jardim, quilombola pérola do Maicá, Arapemã e Saracura, comunidade quilombola de Murumurutuba e do povo indígena).

Muda as empresas, mas continuam as problemáticas envolvendo as negligências referente a licenciamentos e estudos de impacto as comunidades tradicionais existentes. Resultando em um aumento nos conflitos como: ameaça a lideranças das comunidades, um aumento de bairros periféricos, contaminação de igarapés por agrotóxicos entre outros. Segundo Costa (2012), há uma intensa relação entre a produção de soja e a prática da grilagem de terras, numa dinâmica envolvendo também a exploração madeireira. A grilagem se constituiu como modus operandi dos agentes sociais ligados à instalação da soja no Baixo Amazonas, constituindo-se ainda uma expressão do aquecimento do mercado de terras.

Há um choque entre a expansão e o novo modo de vida, com as raízes tradicionais dos povos locais, de um lado temos o desenvolvimento chegando com novas propostas e um discurso de “novas ofertas de trabalho” e do outro lado temos o modo de vida das comunidades tradicionais da região.

Outro setor econômico que se destaca na ocorrência de notícias, é o setor da mineração, ligando esses empreendimentos de grande porte com o elo mais frágil economicamente, que são as comunidades tradicionais, evidenciados nos municípios de Juruti e Oriximiná, como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4: Municípios com conflitos envolvendo a atividades de mineração.

MINERAÇÃO					
Município	Data da notícia	Localidade	Órgãos públicos envolvidos	Matéria	Atores envolvidos
Juruti	27/09/2018	PAE Juruti Velho	CPT INCRA	MPF vai à Justiça para impedir Alcoa de entrar em área de assentamento no Lago Grande.	Quilombolas
Juruti	29/10/2018	Curumucuri.	ITERPA - INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	Ocupantes de terreno na PA-257 bloqueiam passagem durante manifestação em Juruti	Comunidades rurais
Oriximiná	27/11/2018	Comunidades quilombolas (boa vista,	IBAMA MPF	Quilombolas e ribeirinhos denunciam impactos	Quilombolas

		Último Quilombo do Erepecú)	IDEFLOR	da mineração em cidade no Pará	
--	--	-----------------------------	---------	--------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Dois registros de notícias, ligadas a atividade de mineração no município de Juruti, ambas no ano de 2018. A atividade mineradora, por parte da empresa ALCOA, minério de bauxita, no município de Juruti, trouxe para a cidade um novo tipo de atividade econômica, com início das suas atividades em 2006, até então a cidade tinha sua economia voltada a atividades agrícolas (cultivo de mandioca, extrativismo vegetal e pecuária), atividades pesqueiras, comércios e serviços de pequeno porte.

Em Oriximiná evidenciam-se as notícias de conflitos diretamente ligados a comunidades quilombolas e comunidades ribeirinhas, por conta da presença de atividade mineradora por parte da empresa Mineração Rio do Norte - produtora de minério de bauxita, matéria-prima do alumínio - que começou suas atividades desde a descoberta de ocorrência de bauxita, em meados da década de 60.

Os “grandes projetos” acarretam em uma série de problemáticas para região, como um considerável aumento populacional e o surgimento de comunidades ao redor dos projetos ocasionando a criação de novas cidades, aumento da criminalidade, da disputa por terra, entre outros conflitos. Araújo (2012) enfatiza que o estado do Pará, por ser o maior estado mineiro da região amazônica, foi palco dos “Grandes Projetos” do governo federal. Em função disso contou com a construção de obras de infraestrutura como hidrelétricas e rodovias para dar suporte à instalação de empresas mineradoras na região.

Ainda segundo a autora a união do capital estatal ao capital privado nacional e internacional e a forma como a indústria mineradora se organizava visando o mercado externo deixava a população no entorno da mineradora em uma condição de fragilidade em relação ao grande capital. Essa forma de organização inviabilizava qualquer vínculo com a economia local, dificultando a criação de empregos e renda à população.

No âmbito dos conflitos envolvendo a pecuária, apresenta-se no quadro 5 as informações obtidas.

Quadro 5: Municípios com conflitos envolvendo pecuária e atores envolvidos

PECUÁRIA				
Município	Localidade	Órgãos públicos envolvidos	Informação do conflito	Atores envolvidos
Santarém 16/10/2018	Aldeias Munduruku do Planalto (Açaizal, Amparador, Cavada e Ipaupixuna)	INCRA UNIÃO SIRSAN (Sindicato Rural de Santarém)	Com área reduzida, Quilombo Tiningu é reconhecido pelo INCRA.	Indígenas

Oriximiná 02/12/2017	Ariramba	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)	“Titulação Já” é a principal bandeira de luta de povos Quilombos em Oriximiná	Quilombolas
-------------------------	----------	---	---	-------------

Fonte: Elaborado pela autora.

A ocorrência de notícias envolvendo a atividade de pecuária se tornam mais evidentes nos municípios de Santarém e Oriximiná, com envolvimento de proprietários de pequenas fazenda e comunidades tradicionais. Por sua disposição de terras com baixo preço de mercado e amplitude apropriada para atividade. Segundo Costa (2012), o aumento da demanda da indústria agropecuária sobre o estoque de terras públicas provoca maior aquecimento do mercado de terras, o que coloca a região Amazônica em evidência.

A atividade pecuária está presente tanto nas pequenas propriedades quanto nas grandes e tem se expandido quase continuamente em toda a história recente da ocupação da região. Os processos associados à expansão da pecuária têm se mostrado, portanto, extremamente resilientes; isso se dá não por uma causa única, como a rentabilidade específica da atividade, mas é o resultado da interação complexa de múltiplas causas (Pikkety *et al.*, 2003; Rodrigues, 2004).

Quanto aos conflitos envolvendo a construção de barragens, o município de Oriximiná apresenta esse tipo de conflito, os atores envolvidos são comunidades quilombolas e indígenas, como exposto no Quadro 6.

Quadro 6: Municípios com conflitos envolvendo barragem e atores envolvidos.

BARRAGEM				
Município	Localidade	Órgãos públicos envolvidos	Matéria	Atores envolvidos
Oriximiná 12 fevereiro 2019	Cachoeira porteira	Instituto de terras do Pará (ITERPA),MPF E MPE	Governo quer criar hidrelétrica e abrir estradas em uma das regiões mais preservadas da Amazônia	Quilombolas
Oriximiná	Aldeias chapéu e santidade	(ITERPA), MPF E MPE.	IBAMA exige plano de emergência para barragens de mineração em Oriximiná (Pará)	Indígenas

Fonte: Elaborado pela autora.

O deslocamento de populações humanas representa um impacto que, por ser, em grande parte, não-monetário, tem recebido muitas vezes pouco peso nas decisões sobre a construção de barragens, apesar de ser um padrão repetido de barragens que provoca sofrimento dramático nas áreas afetadas (Goldsmith, et al., 1986), tendo como exemplo a

hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, onde 23.000 pessoas foram deslocadas pelo reservatório e onde áreas de assentamento experimentaram dramáticos problemas relacionados à agricultura, à saúde e a falta de infraestrutura (Fearnside, 1999).

De acordo Fearnside, (2015) a maneira em que as decisões sobre barragens são tomadas, que implicam em destruir o modo de vida de dezenas de milhares de pessoas, muitas vezes incluindo povos indígenas e comunidades ribeirinhas tradicionais, se trata de uma questão de justiça social.

As comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) temem por rompimento das barragens, a comissão Pro-Índio relata que são 23 barragens que armazenam os rejeitos da maior produtora de bauxita do Brasil, a Mineração Rio do Norte, todas situadas em Oriximiná (PA) em plena floresta amazônica e somente duas contem um plano de contenção emergencial. Relata ainda outras problemáticas envolvendo dificuldade de acesso às informações, limitações das avaliações de impacto ambiental, ausência de projeções de riscos para a população, falta de diálogo com as comunidades locais por parte da empresa.

Na localidade de cachoeira porteira, o conflito gira em torno do planejamento da construção de hidrelétrica, no rio Trombetas, pesquisa já realizada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), causando uma preocupação nas comunidades quilombolas e ribeirinhas da localidade, que tem sua vida diretamente ligada a atividades pesqueiras e da extração de castanha do Pará.

Considerações Finais

A análise dos resultados demonstraram e quantificaram os conflitos que envolvem grandes empreendimentos de atividades distintas na mesorregião do Baixo Amazonas, há um destaque da região por conta da disponibilidade dos recursos naturais, incluindo a oferta de potencial de terras e posição geográfica estratégica. E o que mais facilita para esse tipo de empreendimento é déficit na gestão desses recursos, e principalmente na gestão estadual e municipal da região, que por muitas vezes deixam a desejar, tanto por conflitos de interesse por parte dos órgãos públicos, quanto por falta de estrutura técnica e pessoal.

Nesse contexto, a evolução dos conflitos tem seu crescimento acelerado, a partir de novas interações desses diversos atores sociais, com a mudança do eixo econômico, que sai da produção familiar e se volta para a produção de commodities e para exploração intensiva de

madeira e minerais. Concentrando assim, a dependência ao mercado externo que influenciam na abertura de novos espaços de produção para alcançar as exigências desse mercado.

A relação do surgimento de distintos conflitos na região com as obras do programa de aceleração do crescimento (PAC) é nítida, já que conseqüentemente há mais projetos surgindo na região, tais como as grandes mineradoras que exigem uma infra-estrutura alta como hidrelétricas, a abertura e pavimentação da BR-163 e PA-150 entre outras. Todas essas obras demandam de estudos de impacto ambiental e fiscalização intensa dos órgãos ambientais, que por muitas vezes são falhos, tanto por interesses políticos quanto por equipe técnica.

A luta dos diversos atores sociais que buscam o respeito aos seus direitos básicos, se tornou evidente, tanto na presença das atividades de agronegócio quanto nas atividades mineradoras, e madeireiras, sempre nítido o impasse entre as comunidades tradicionais e esses setores econômicos. Muito do que foi compilado pela CPT não foi encontrado em noticiários locais, principalmente no município de Oriximiná. A ampla divulgação dos conflitos para a sociedade se torna essencial para a visibilidade desse tipo de conflito. O déficit em relação aos empreendimentos de grande porte, com a ausência de licenciamentos, relatórios de impactos e negligências, que resultam em um ciclo contínuo de conflitos, torna nítido que a gestão ambiental, em todos os casos, se faz necessária.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, L. M. G. . **Reflexos econômicos da mineração de bauxita no Baixo Amazonas.** In: I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras, 2012, Boa Vista - RR. As Fronteiras da Interdisciplinaridade e a Interdisciplinaridade das Fronteiras., 2012.

AMAZÔNIA REAL- <https://amazoniareal.com.br/>.

BRITO, D. M. C., BASTOS, C. M. C. B., FARIAS, R. T. S., BRITO, D. C., DIAS, G. A. C. **Conflitos socioambientais no século XXI.** PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Divulgação de dados parciais dos Conflitos no Campo Brasil de janeiro a setembro de 2011.

COSTA, T. C. S.. **Urbanização e diversidade sócio-espacial no baixo amazonas: Santarém e a produção do urbano regional.** Ensaios de Geografia , v. 4, p. 71-85, 2015.

COSTA, S. M. G. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 312 f. : il. 2012.

FEARNSIDE, P.M. **Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam.** Environmental Management 24: 485-495. doi: 10.1007/s002679900248. 1999

FEARNSIDE, Philip. **Impactos Ambientais e Sociais de Barragens Hidrelétricas na Amazônia Brasileira: As Implicações para a Indústria de Alumínio.** 2015.

JORNAL O IMPACTO- <https://oimpacto.com.br/>.

GOLDSMITH, E., Hildyard, N. **The Social and Environmental Effects of Large Dams: Volume 2: Case Studies.** Wadebridge Ecological Centre, Camelford, Reino Unido. . 1986.

GRAF, A.M. **A resolução dos conflitos agrários sob a ótica da função social e dos movimentos sociais organizados.** Monografia apresentada ao Curso de Pósgraduação em Direito Privado Contemporâneo da Universidade do Contestado - UnC, Campus de Mafra. 2005.

GREENPEACE, Relatório. **Estado de conflito: uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei do Estado do Pará na Amazônia.** Campanha da Amazônia 2003, p. 14.

G1 SANTARÉM E REGIÃO- <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/>

LITTLE, Paul E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política.** (Org.) BURSZTYN, M. In: A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

LOUREIRO, R. V.; **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento**. Revista Direito GV , v. 8, p. 527-552, 2012.

PEDRO, V. V. **Movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer – Pará: da estratégia de ação ao plano de manejo**. 2012. 172 f.: il.

PIKETTY, M. G.; VEIGA, J. B. D.; TOURRAND, J.; ALVES, A. M.; CHAPUIS, R. P.; THALES, M. C.; HOSTIOU, N. C. N.; VENTURIERI, A. **Por que a pecuária está avançando na Amazônia Oriental?**. In : DORIS, Sayago; JEAN-FRANÇOIS, Tourrand; MARCEL; Bursztyn (eds.). *Amazônia: cenas e cenários*. Brasília: Universidade de Brasília, p. 169-192. 2003.

Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará Belém - Pará ., **Relatório analítico do território do Baixo Amazona**. 2012

RODRIGUES, R. L. V. **Análise dos fatores determinantes do desflorestamento na Amazônia Legal**. 2004. Tese (Doutorado) - COPPE - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

RUIZ, Sergio. **Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del norte amazónico boliviano**. Ph.D. Thesis. Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany.2005.

TERRA DE DIREITOS- <https://terradedireitos.org.br/>